

5 - OUTROS HAVERES DO TESOIRO NACIONAL

Os haveres financeiros do Tesouro Nacional de responsabilidade da STN/COARP encontram-se relacionados nos tópicos a seguir. O valor total desses haveres em 31.12.2002 é de **R\$ 87.569.602.848,89** e encontram-se descritos a seguir:

5.1 – Haveres originários de órgãos, entidades e empresas extintas

Em cumprimento à Lei nº 8.029, de 12.04.90, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, a União deve suceder as entidades que venham a ser extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Dessa forma, foi transferida ao Tesouro Nacional a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais relacionadas no quadro abaixo, acompanhadas de seus respectivos saldos devedores.

TABELA - Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas
Saldos Devedores em 31.12.2002 (Em R\$)

BANRORAIMA – LEI Nº 9626/98	28.930.076,63
EMBRAFILME	1.256.065,72
IAA – INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL	1.211.189.569,89
LLOYDBRÁS – LEI Nº 9617/98	3.991.837,01
PORTOBRÁS	377.523,56
SIDERAMA	2.120.735,76
SIDERBRÁS	408.286.268,63
SUNAB – LEI Nº 9618/98	55.954,86
PETROBRÁS/PETROMISA	10.154.219,74
SUNAMAN	499.495.667,90
BNCC*	4.973.484.148,47
TOTAL	7.139.342.068,17

* 99,72% dos créditos foram ajuizados, estão sendo acompanhados pela AGU.

Fonte: MF/STN/COAFI

5.2 – Haveres originários de operações estruturadas

São os haveres resultantes de operações entre a União e entidades públicas. Dentre esses, destacam-se os créditos junto ao BNDES decorrentes de operações financeiras com empresas públicas do setor elétrico e os decorrentes de contratos de transferência de ações entre a União e BNDES. Além disso, há os créditos provenientes das operações entre a União e as empresas arrendadoras de serviço público, em que a União adquiriu créditos das referidas empresas junto às suas concessionárias. Os créditos junto à ITAIPU são provenientes dos contratos n.ºs. 424/TN e 425/TN, nos quais a ELETROBRÁS os utilizou como pagamento de suas dívidas junto ao Tesouro Nacional. O quadro abaixo mostra os saldos devedores dos haveres originários desse tipo de operação.

Haveres Originários de Operações Estruturadas
Saldos Devedores em 31.12.2002 (Em R\$)

ENTIDADE	VALOR
BNDES	11.568.338.409,18
CDRJ – CIA. DOCAS DO RIO DE JANEIRO	336.733.956,29
CODESA – CIA. DOCAS DO ESPÍRITO SANTO	4.030.093,47
CODESP – CIA. DOCAS DO EST. DE SÃO PAULO	29.528.855,08
ELETROBRÁS – ITAIPU	25.351.362.017,99
RFFSA	5.302.282.507,14
TOTAL	42.592.275.839,15

Fonte: MF/STN/COAFI

Em decorrência da crise energética ocorrida no ano de 2002, a União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, atual Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a emitir, até o limite de R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais), sob a forma de colocação direta em favor do BNDES, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal. A edição das Medidas Provisórias n.ºs 59 e 60, de 15 de agosto de 2002, autorizou a União a conceder financiamento ao BNDES, por meio de abertura de crédito extraordinário até o montante de R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais), com o objetivo de atender aos programas instituídos com base no artigo 5º da Lei nº 10.438, de 2002, e demais operações financeiras com empresas estatais do setor elétrico. Desse modo, o Tesouro Nacional concedeu financiamento ao BNDES no montante de R\$ 6.883.918.049,97 (seis bilhões, oitocentos e oitenta e três milhões, novecentos e dezoito mil e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos), conforme quadro a seguir:

Valores do Financiamento do Tesouro Nacional ao BNDES - Lei 10.438, de 2002, e Medidas Provisórias 59 e 60, de 2002. Posição de 31/12/2002 – Valores Nominais em R\$

PERÍODO	VALORES	MODALIDADE
02/04/2002	1.000.000.000,00	Emissão de Títulos DPMF
20/08/2002	1.000.000.000,00	Liberação de Recursos
23/08/2002	1.400.000.000,00	Liberação de Recursos
09/09/2002	700.000.000,00	Liberação de Recursos
11/10/2002	400.000.000,00	Liberação de Recursos
16/10/2002	793.048.839,08	Liberação de Recursos
11/12/2002	297.139.121,62	Liberação de Recursos
23/12/2002	1.293.730.089,27	Liberação de Recursos
TOTAL	6.883.918.049,27	-

Fonte: MF/STN

5.3 – Haveres originários de privatizações

Ativos oriundos dos financiamentos concedidos na venda de participações da União em empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND. Nessa categoria encontram-se os créditos resultantes da venda de ações aos empregados das empresas do Sistema Telebrás.

Haveres Originários de Privatizações – Saldos Devedores em 31.12.2002 (Em R\$)

TELEBRÁS – OFERTA DE AÇÕES AOS EMPREGADOS	298.165,92
TOTAL	298.165,92

Fonte: MF/STN/COAFI

5.4 – Haveres originários de legislação específica

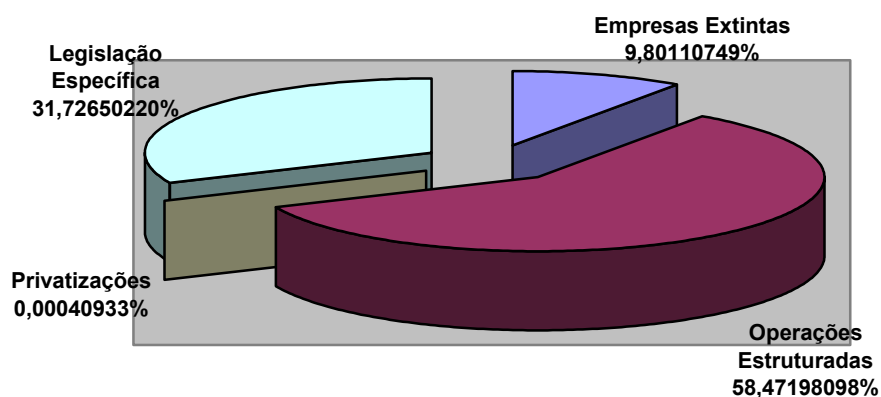
Haveres oriundos de operações do Tesouro Nacional, contratadas mediante autorização de legislação específica. Nessa categoria encontram-se os créditos detidos pela União contra o INSS, decorrentes de Contrato de Financiamento e Cessão de Crédito em Caução celebrado sob o amparo da Lei nº 9.639/98, o crédito da ANDE – Administración Nacional de Electricidad, do Paraguai, resultante do empréstimo destinado à integralização do capital dessa entidade na empresa Itaipu Binacional, estando sob o amparo do Tratado de Itaipu. Por meio da Lei nº 9.364/96, que dispõe sobre o pagamento com sub-rogação, pela União, de dívidas da RFFSA junto ao INSS e à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, a União assumiu as obrigações da RFFSA perante a REFER e o INSS, subrogando-se no crédito junto à RFFSA. O crédito detido contra a CAIXA resultou de operação no âmbito da MP nº 2.196/01, a qual autorizou a União a adquirir do Banco Central do Brasil créditos contra a CAIXA decorrentes de operações no âmbito do PROER. Cumpre ressaltar que os *royalties* devidos pela Itaipu Binacional foram quitados em dezembro de 2002.

Haveres Originários de Legislação Específica
Saldos Devedores em 31.12.2002 (Em R\$)

ENTIDADE	VALOR
RFFSA – LEI Nº 9364/96	3.266.411.152,97
INSS – LEI Nº 9639/98	13.881.760.331,20
INSS – LEI Nº 9711/98	5.533.891.767,34
CAIXA – PROER	163.259.236,42
ANDE – TRATADO DE ITAIPU	264.958.891,38
TOTAL	23.110.281.379,31

Fonte: MF/STN/COAFI

Saldos Devedores 2002 - Não-Agrícolas



5.5 – Haveres originários do crédito rural

5.5.1 - Securitização

Créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei Nº 9.138/95 e Resolução CMN nº 2.238/96, no valor de até R\$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que em 2001, com a edição da Medida Provisória 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações securitizadas com recursos do BNDES/FINAME. Além disso, o risco das referidas operações, do Banco do Brasil S. A. – BB, do Banco da Amazônia S. A. – BASA e do Banco do Nordeste do Brasil S. A. – BNB, foi transferido para a União.

5.5.2 - PESA - Programa Especial de Saneamento de Ativos

Operações oriundas da Resolução CMN 2.471/98, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R\$ 200 mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 28 de junho de 2001, com o advento da MP 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do PESA junto ao Banco do Brasil.

5.5.3 - PRODECER II – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Fase II

Consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28 de junho de 2001, junto ao Banco do Brasil, no âmbito da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

5.5.4 - Empréstimos do governo federal (egf) – especial

Créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992 de EGF/COV, por meio de contrato formalizado em 01.10.1998, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29.12.1966, na Lei nº 8.427, de 27.05.1992, na Lei 9.138, de 29.11.1995 e na Medida Provisória nº 1.692-28 de 28.09.1998, no Decreto nº 1.647, de 11.01.1995, no Decreto nº 1.785, de 11.01.1996 e no Decreto nº 2.762, de 31.08.1998, e em 15.06.1999, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29.12.1966, na Lei nº 8.427, de 27.05.1992, na Lei 9.138, de 29.11.1995 e na Medida Provisória nº 1.764-37 de 02.06.1999, no Decreto nº 1.647, de 11.01.1995, no Decreto nº 1.785, de 11.01.1996 e no Decreto nº 2.762, de 31.08.1998. Na ocasião, o União adquiriu do Banco do Brasil os direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues.

5.6 - Recebimentos dos haveres durante o ano de 2002 (fatos relevantes)

Os recebimentos dos haveres administrados pela STN/COARP ao longo de 2002 totalizaram R\$ 1.378 milhões.

Em dezembro/2002, ocorreu a quitação do crédito da União contra a Itaipu Binacional, relativo ao pagamento de *royalties*, implicando o recebimento de R\$ 518.727.959,27.

Com a formalização de novo contrato de dação em pagamento, o BNDES prorrogou o vencimento da dívida oriunda de contrato formalizado com base na Medida Provisória 2.181-45/2001, no valor de R\$ 119.067.706,29.

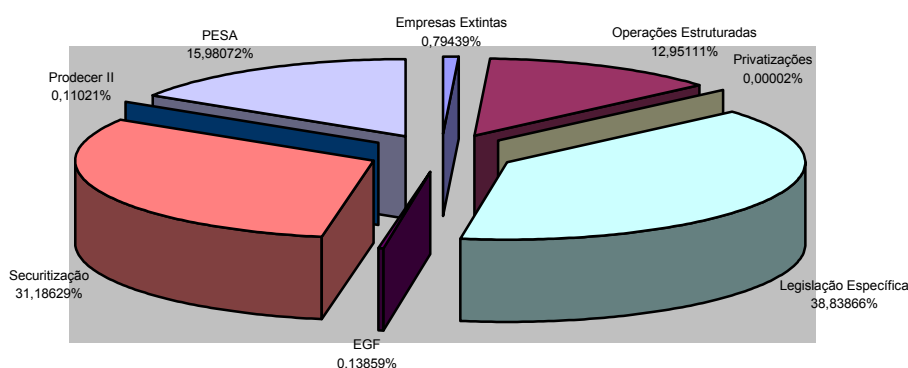
Dos recebimentos previstos junto às concessionárias da RFFSA, foram recebidos, ao longo de 2002, R\$ 43,9 milhões. A diferença em relação à previsão de recebimentos (R\$ 173,3 milhões) decorre de penhoras para garantir ações de funcionários da RFFSA junto à Justiça do Trabalho. Cumpre destacar que a Secretaria do Tesouro Nacional está trabalhando junto à Advocacia-Geral da União – AGU para a adoção dos embargos cabíveis.

RECEBIMENTOS (EM R\$ MIL) DE HAVERES
CONDUZIDOS PELA STN/COARP EM 2002 (em R\$)

ITAIPU – ROYALTIES	518.727.959,27
BNDES	119.067.706,29
BNCC	832.111,30
CIA. DOCAS (CDRJ, CODESP e CODESA)	15.422.878,43
LLOYDBRAS	3.267.903,93
RFFSA	43.900.566,38
SIDERBRÁS	6.843.388,38
ANDE	16.238.004,32
TELEBRAS	302.903,60
SECURITIZAÇÃO	429.561.991,69
PESA	220.119.225,95
PRODECER II	1.518.429,41
EGF Especial	1.909.780,32
TOTAL	1.377.712.849,27

Fonte: MF/STN/COARP

Recebimentos de Haveres em 2002



Relativamente aos haveres originários do crédito rural, a União mantém contratos de administração de créditos junto ao Banco do Brasil, que resultou nas despesas descritas no Quadro abaixo.

Quadro-Resumo das Despesas relativas aos Haveres Originários de
Operações de Crédito Rural, posição em 31.12.2002 (Em R\$).

	SALDOS DEVEDORES	DESPESAS DO TESOUREO NACIONAL, EM 2002*
SECURITIZAÇÃO	7.984.601.326,54	26.370.663,94
PESA	6.048.015.578,58	4.117.574,03
PRODECER II	175.797.011,23	76.075,62
EGF Especial	518.991.480,00	625.036,05
TOTAL	14.727.405.396,35	31.189.349,64

Fonte: MF/STN/COARP